



RENEGOCIAR AS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

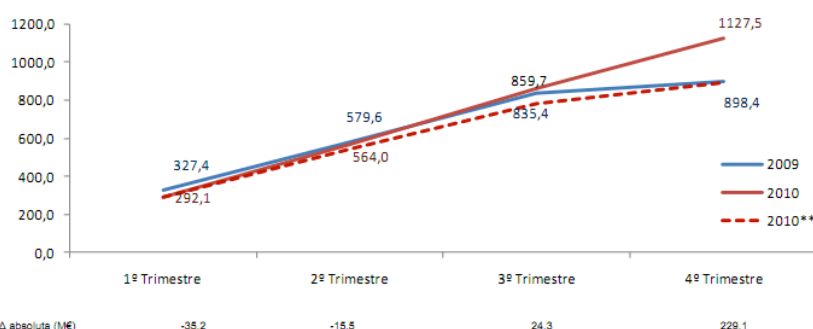
Em 2008, os encargos com as parcerias público-privadas (PPP) ascendiam a 50 mil milhões de euros, um valor equivalente a 30% da dívida pública. Agora sobem para 59.695 milhões até 2050. Portugal é o país com a maior percentagem de investimento em PPP, quer em relação ao produto bruto quer em relação ao Orçamento do Estado.

Para além de ruinosos para o Estado no curto prazo, estas parcerias implicam o pagamento de valores astronómicos aos concessionários privados por prazos que superam os 40 anos. Sendo certo que a maioria destes contratos foi celebrado quando os juros da dí-

vida nacional se situavam na casa dos 4%, a taxa de rentabilidade média das PPP ronda os 12%. Nem no epicentro da actual crise da dívida pública é possível encontrar financiamento tão insustentável, com contratos garantidos e por um prazo tão dilatado.

No ano de 2010, verificou-se um acréscimo de 230 milhões de euros nos custos públicos com as PPP face a 2009 (ver gráfico). Este aumento foi causado, na sua totalidade, por ajustamentos extraordinários, impostos para além dos valores do contrato, os quais acabaram invariavelmente por beneficiar a parte privada.

Gráfico 3.1.2. Evolução cumulativa dos encargos líquidos globais (M €)



Δ absoluta (M€)

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

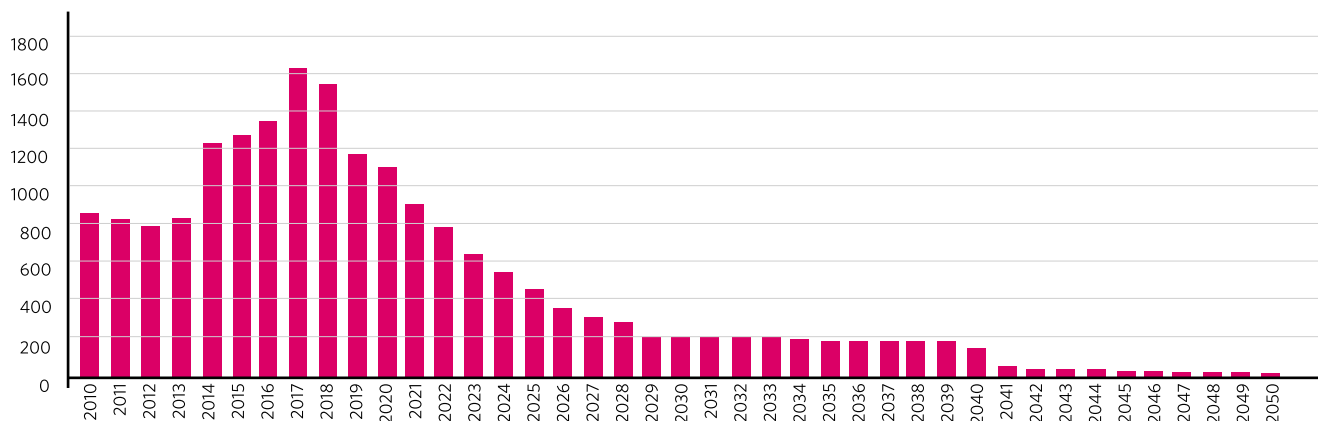
2010** Encargos líquidos globais excluindo efeitos extraordinários

Desde 1992, a maior parte dos contratos de PPP foi objecto de renegociação, sempre com aumento de despesas para o Estado. Vários projectos apresentados como auto-sustentáveis financeiramente, como a Lusoponte ou a Fertagus, deram lugar a sobre-rendas pagas pelos

contribuintes. Só no caso das PPP na área da saúde, foram gastos 20 milhões de euros em estudos e pareceres externos. Assim, esta dívida do Estado para com as PPP representa um dos maiores encargos e pesos sobre os impostos, como se verifica no gráfico:



ENCARGOS TOTAIS COM PPP'S



UM LONGO HISTORIAL DE NEGÓCIOS RUINOSOS

A **Lusoponte** já vai na sétima alteração ao contrato inicial, garantindo um encaixe bruto na ordem dos 560 milhões de euros a preços constantes. A somar a compensação directa de 250 milhões e mais 100 milhões pela dispensa de participação da Lusoponte na manutenção da ponte 25 Abril.

Fertagus. Esta parceria, assinada em 1999

por um prazo de 11 anos, já derrapou 114 milhões.

A concessão ao Grupo Barraqueiro, a do Metro Sul Tejo, já derrapou em cerca de 80 milhões de euros.

Já depois de seleccionados os concorrentes com as propostas mais competitivas, foram alterados os valores das propostas a concurso das PPP rodoviárias, o que implicou um agravamento às propostas finais na casa dos 700 milhões.

PROPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA:

Num momento em que o endividamento externo associado às PPP não pára de se agravar, num negócio em que o Estado tem assumido todos os riscos e os privados recolhido os lucros generosamente garantidos pelos cofres públicos, a dimensão dos prejuízos com a contratualização e gestão das PPP torna urgente a sua renegociação e fiscalização.

- Renegociação imediata dos actuais contratos resultantes de PPP cujos encargos se revelem desproporcionados em detrimento da posição do Estado (adequação das taxas de rentabilidade à média dos juros da dívida pública relativos aos anos anteriores).
- No caso das parcerias hospitalares, a renegociação deve ter como finalidade devolver ao Estado a gestão clínica do estabelecimento hospitalar. Devem ser extintas as parcerias em preparação.
- Fiscalização permanente dos contratos existentes por parte do Tribunal de Contas.
- Submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de todas as renegociações e alterações a contratos de concessão de PPPs.



UMA PROMISCUIDADE ESCLARECEDORA

Os concedentes e parceiros públicos de ontem são os concessionários e parceiros privados de hoje. Entre os ministros e secretários de Estado dos sectores estratégicos (saúde, obras públicas e transportes, economia, finanças), vamos encontrar expoentes dos parceiros privados do Estado.

O inventário destes governantes público-privados começa pelos dois ícones máximos, os presidentes da Mota-Engil, **Jorge Coelho**, e da Lusoponte, **Ferreira do Amaral**, inquilinos do Ministério das Obras Públicas durante vários anos. Mas estes são apenas dois exemplos célebres de uma realidade bem mais vasta:

- **António Sousa**, Secretário de Estado da Indústria e depois do Comércio Externo de Cavaco, administrador da Brisa (grupo Mello) durante dez anos.
- **António Vitorino**, ministro da Presidência de Guterres, presidente da Assembleia-Geral da Brisa.
- **Valente de Oliveira**, Ministro do Planeamento e Administração do Território de Cavaco, administrador da Mota-Engil;
- **António Nogueira Leite**, Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças de Guterres, hoje conselheiro económico de Passos Coelho e administrador de várias empresas do Grupo Mello, entre as quais a Brisa;
- **Francisco Murteira Nabo**, ministro do Equipamento Social de Guterres, mais presidente da Assembleia Geral da RAVE;

- **Viana Baptista**, Ministro das Obras Públicas do governo AD pelo PSD, vice-presidente da Sonae nos anos 90, presidente da Edifer até 2005.

- **Júlio Castro Caldas**, fundador do PSD, ministro de Guterres, actual residente do Conselho Fiscal da Soares da Costa;

- **Luís Todo-Bom**, secretário de Estado da Indústria de Cavaco, administrador da Soares da Costa entre 2000 e 2005;

- **Luís Parreirão**, Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas de Guterres, presidente da Ascendi, administrador da Mota Engil;

- **José Lopes Martins**, Secretário de Estado da Saúde de Cavaco, actual administrador da Mello Saúde;

- **Pedro Dias Alves**, Secretário de Estado da Administração da Saúde de Cavaco, administrador do Hospital Amadora-Sintra pelo grupo Mello, depois responsável pela avaliação de propostas de PPP para a gestão do Hospital do Algarve e do Hospital de Todos-os-Santos, hoje administrador da empresa Hospitais Privados de Portugal;

- **Luís Filipe Pereira**, ministro da Saúde de Durão Barroso depois de administrar a Mello Saúde, grupo a que depois regressou.

Nas administrações do grupo Mello sentaram-se ainda outros antigos governantes de primeira linha e influentes políticos no activo: **Daniel Besa**, **Eduardo Catroga**, **Couto dos Santos** (administrador do hospital Amadora-Sintra entre 1994 e 2003).